

O QUE HÁ DENTRO DA CABEÇA DOS ECONOMISTAS?

Por Sérgio Birchal

Que os economistas não se entendem (o que não é nenhum privilégio da classe) é um fato há longo tempo conhecido. Dizem que uma vez Wiston Churchill, com seu sarcasmo característico, disse o seguinte:

“Se você colocar dois economistas em uma sala e pedir sugestões sobre um dado assunto, você terá pelo menos duas opiniões diferentes.”

A observação de Churchill mostra que existem tantas visões sobre a economia quantas as formas de ver e perceber o mundo. Além disso, as visões sobre a economia (assim como as sobre o mundo) são dinâmicas. Elas vão se transformando ao longo do tempo. Porém, algumas escolas de pensamento têm se sobressaído sobre outras tantas e aqui destacarei quatro grandes linhas de pensamento: a liberal, a keynesiana, a institucionalista e a schumpeteriana.

Resumidamente, a tradição liberal parte do pressuposto de que a tendência natural da economia é o equilíbrio de pleno emprego (um hipotético nível de atividade econômica em que todos os recursos produtivos – humanos, físicos e naturais – estão sendo utilizados). Nesta economia os mercados (de bens, serviços e recursos produtivos), através dos preços, refletem o livre jogo entre a oferta (produção) e a demanda (consumo). De forma isolada, cada agente econômico (empresas e famílias, principalmente) decide, com base no cálculo racional, entre as diferentes alternativas de consumo e de produção. Assim, este mecanismo de mercado (a mão invisível de que falava Adam Smith) regula de forma eficiente a atividade econômica, garantindo o ótimo social (o equilíbrio de pleno emprego), desde que não haja interferências externas que perturbem o livre intercâmbio entre consumidores e produtores e entre países.

Ao longo das décadas de 1980, 1990 e boa parte dos anos 2000 predominou a visão liberal de economia, com menor intervenção dos Estados e maior participação do capital privado, nacional e internacional, nos vários setores da economia. As privatizações e a abertura da economia no Brasil, por exemplo, se inspiraram em políticas concebidas segundo este modelo de funcionamento da economia.

A tradição keynesiana, por sua vez, parte do pressuposto de que a economia tende ao equilíbrio, mas não necessariamente de pleno emprego. Há duas décadas, por exemplo, que a economia japonesa praticamente não cresce. A economia daquele país neste período encontra-se num equilíbrio abaixo do seu potencial econômico; ou seja, equilíbrio, mas não de pleno emprego. Assim, segundo os keynesianos, os governos devem utilizar os instrumentos de políticas fiscais e monetárias sempre que a economia se encontre em equilíbrio abaixo ou acima do nível de pleno emprego. Isto é, segundo a tradição keynesiana, cabe às autoridades econômicas um papel mais ativo de regular o nível da atividade de forma a garantir o pleno emprego.

Esta visão influenciou enormemente as políticas econômicas no Pós-Segunda Guerra Mundial e nas décadas de 1960 e 1970. Mais recentemente, diante da crise de 2008, vem predominando políticas mais intervencionistas dos Estados. A resposta dos

governos à crise econômica foi claramente intervencionista e com o objetivo de restabelecer o nível de atividade econômica próxima ao nível de pleno emprego. O governo norte-americano, por exemplo, não só salvou bancos e grandes empresas da falência eminente, como afrouxou o crédito, concedeu subsídios, cortou impostos, imprimiu dinheiro e aumentou gastos, entre outras medidas. O próprio governo brasileiro tomou medidas por ele chamadas de “contra cíclicas”.

No entanto, é importante ressaltar que apesar das divergências entre liberais e keynesianos ambos acreditam que uma economia sadia é aquela em equilíbrio de pleno emprego. A divergência básica é de como alcançar este nirvana. Além disso, tanto a perspectiva liberal quanto a keynesiana têm um olhar de mais curto prazo, enquanto a perspectiva institucionalista e schumpeteriana têm uma visão de mais longo prazo. Assim, tanto a tradição institucionalista quanto a schumpeteriana rompem com vários pressupostos da visão liberal e keynesiana.

A tradição institucionalista dá ênfase às chamadas regras do jogo, explícitas e implícitas. São as instituições (ou as regras do jogo) que criam os incentivos para o desempenho econômico de uma nação. Neste sentido, há a possibilidade de que as instituições podem ser melhoradas ou novas estabelecidas. Uma economia tem maior ou menor chance de crescer se as instituições criam incentivos para o desenvolvimento. O comportamento da economia no longo prazo é desconhecido e as instituições devem ser flexíveis o bastante para se adaptar às constantes mudanças da economia. Além disso, eles incorporam a idéia de racionalidade limitada (se contrapondo aos liberais, que julgam que os agentes econômicos são totalmente racionais), que é tanto mais limitada quanto maior for a complexidade do ambiente. A assimetria de informações (situação na qual um dos lados da negociação tem informação privilegiada) é outro elemento mostrando que o livre jogo do mercado não é tão livre assim e nem tão organizado quanto as estruturas de mercado (concorrência perfeita e monopólio, por exemplo) propostas pelos neoliberais. Finalmente, eles incorporam a ocorrência de má fé (moral hazard) nas transações econômicas, assim como destacam a importância das competências mais estratégicas.

A criação das agências reguladoras no Brasil, como a ANATEL, a ANAC, a ANEEL, entre outras, são um bom exemplo de uma política econômica de inspiração institucionalista. Um outro exemplo é o papel do Banco Central, que estabelece normas de conduta para o setor bancário brasileiro, com punições e incentivos.

A tradição schumpeteriana, por sua vez, parte do pressuposto de que uma economia em equilíbrio é uma economia estagnada. Uma economia em equilíbrio é uma ficção, é um ponto numa reta. As inovações sacodem e recriam permanentemente a sociedade, as relações interpessoais, as mentalidades, as instituições e as relações econômicas. É a destruição criativa. A inovação (e a sua difusão) é o elemento chave no dinamismo da economia capitalista. É um caminho caótico, pontuado por períodos de grandes transformações na natureza da economia. Na visão dos schumpeterianos há um fator imponderável no fenômeno do crescimento econômico, que é a invenção, a mãe da inovação, ou as trajetórias tecnológicas, que têm grande influência do acaso, ou os paradigmas técnico-econômicos.

Muitas políticas de desenvolvimento econômico têm por objetivo o desenvolvimento tecnológico baseado em inovações. A EMBRAPA é um belo exemplo de uma política de inspiração schumpeteriana, assim como o ITA e a EMBRAER.

Para concluir, há muitas visões acerca do funcionamento da economia que partem de pressupostos diametralmente opostos. Cada uma delas interpreta e enxerga a economia (e a realidade econômica) a partir de pontos de vistas diferentes. Assim, cada uma delas tem diagnósticos, receitas e remédios (políticas econômicas) distintos. Qual delas escolher? Bem, esta é uma questão de ponto de vista.